

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	10
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	18

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	42
---	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.964.596
Preferenciais	0
Total	2.964.596
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	31/01/2012	Juros sobre Capital Próprio	13/02/2012	Ordinária		0,02650

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	10.761.557	9.871.604
1.01	Ativo Circulante	5.398.847	4.317.310
1.01.01	Disponibilidades	40.150	41.070
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.748.522	1.272.762
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	1.084.997	763.001
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	703.974	550.210
1.01.02.03	(Provisões para Perdas)	-40.449	-40.449
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.380.614	1.095.541
1.01.03.01	Carteira Própria	1.355.801	659.297
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	22.178	436.244
1.01.03.03	Vinculados à Prestação de Garantias	2.635	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	561.684	284.760
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	31.113	1.616
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	530.527	283.099
1.01.04.03	Créditos Vinculados - SFH	44	45
1.01.05	Relações Interdependências	0	235
1.01.06	Operações de Crédito	1.378.827	1.271.165
1.01.06.01	Operações de Crédito - Setor Público	319.629	341.631
1.01.06.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.120.029	976.688
1.01.06.03	(Provisões para operações de Crédito)	-60.831	-47.154
1.01.08	Outros Créditos	285.827	348.791
1.01.08.01	Carteira de Cambio	74.036	97.332
1.01.08.02	Rendas a Receber	31.957	51.924
1.01.08.03	Devedores por Compra de Valores e Bens	2.125	2.219
1.01.08.04	Devedores por Depósitos em Garantia	37.634	36.763
1.01.08.05	Títulos e Créditos a Receber	8.597	10.256
1.01.08.06	Pagamentos a Ressarcir	17.480	16.996
1.01.08.07	Créditos Tributários - IR/CS	73.993	116.592
1.01.08.08	Impostos e Contribuições a Compensar	13.237	214
1.01.08.09	Diversos	27.810	21.491
1.01.08.10	(Provisão para Outros Créditos)	-1.042	-4.996
1.01.09	Outros Valores e Bens	3.223	2.986
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	1.673	1.338
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-192	-191
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	1.742	1.839
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.132.705	5.317.282
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	3.747.348	3.757.618
1.02.02.01	Carteira Própria	3.734.725	3.745.406
1.02.02.04	Vinculados a Prestação de Garantias	12.623	12.212
1.02.03	Relações Interfinanceiras	12.569	12.569
1.02.03.01	Créditos Vinculados - SFH	12.569	12.569
1.02.05	Operações de Crédito	682.072	898.924
1.02.05.01	Operações de Crédito - Setor Público	115.046	313.505
1.02.05.02	Operações de Crédito - Setor Privado	589.365	611.837
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito)	-22.339	-26.418

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1.02.07	Outros Créditos	690.716	648.171
1.02.07.03	Créditos Tributários de IR/CS	507.702	464.605
1.02.07.04	Devedores por Compra de Valores e Bens	4.555	5.051
1.02.07.06	Titulos e Créditos a Receber	178.504	178.546
1.02.07.08	(Provisão para Outros Créditos)	-45	-31
1.03	Ativo Permanente	230.005	237.012
1.03.01	Investimentos	267	267
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.625	1.625
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-1.358	-1.358
1.03.02	Imobilizado de Uso	112.697	115.911
1.03.02.01	Imóveis de Uso	40.905	40.905
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	128.753	129.614
1.03.02.03	Reavaliações de Imóveis de Uso	48.270	48.270
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-105.231	-102.878
1.03.04	Intangível	116.035	119.224
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	153.568	153.565
1.03.04.02	Amortizações Acumuladas	-37.533	-34.341
1.03.05	Diferido	1.006	1.610
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	41.073	41.073
1.03.05.02	Amortizações Acumuladas	-40.067	-39.463

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	10.761.557	9.871.604
2.01	Passivo Circulante	7.205.934	6.398.977
2.01.01	Depósitos	3.224.841	2.257.112
2.01.01.01	Depósitos à Vista	1.162.114	579.028
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	465.692	456.821
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	2.227	2.173
2.01.01.04	Depósitos à Prazo	1.594.808	1.219.090
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	21.998	434.165
2.01.02.01	Carteira Própria	21.998	434.165
2.01.04	Relações Interfinanceiras	25.904	1.444
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	25.904	1.444
2.01.05	Relações Interdependências	1.778	482
2.01.05.01	Recursos em transito de Terceiros	828	99
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	950	383
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	79.870	101.243
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	79.870	101.243
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	94.259	92.104
2.01.07.01	Tesouro nacional	24.585	24.380
2.01.07.02	BNDES	48.103	47.013
2.01.07.03	CEF	43	57
2.01.07.04	FINAME	21.528	20.654
2.01.09	Outras Obrigações	3.757.284	3.512.427
2.01.09.01	Cobrança e Arrec.Trib. e Assemelhados	13.125	1.179
2.01.09.02	Carteira de Cambio	1.611	293
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	7.186	85.615
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	75.080	23.585
2.01.09.06	Fundos Financeiros e Desenvolvimento	3.187.108	2.921.201
2.01.09.07	Provisão para Pagamentos a Efetuar	57.985	59.867
2.01.09.08	Provisão para Passivos Contingentes	330.393	328.958
2.01.09.09	Obrigações por Convênios Oficiais	20.533	15.819
2.01.09.10	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	30.972	40.743
2.01.09.11	Cheques Administrativos	956	5.834
2.01.09.12	Credores Diversos	32.335	29.333
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.596.044	1.538.412
2.02.01	Depósitos	101.431	80.538
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	101.431	80.538
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	370.132	376.293
2.02.07.01	Tesouro Nacional	9.057	8.586
2.02.07.02	BNDES	240.325	242.932
2.02.07.04	FINAME	120.750	124.775
2.02.09	Outras Obrigações	1.124.481	1.081.581
2.02.09.01	Fundos Financ. e de Desenvolvimento	61.715	62.884
2.02.09.02	Provisão para Passivos Contingentes	1.062.766	1.018.697
2.05	Patrimônio Líquido	1.959.579	1.934.215
2.05.01	Capital Social Realizado	1.219.669	1.219.669

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.05.01.01	Capital	1.219.669	1.219.669
2.05.02	Reservas de Capital	2.253	2.253
2.05.03	Reservas de Reavaliação	30.575	30.809
2.05.03.01	Ativos Próprios	30.575	30.809
2.05.04	Reservas de Lucro	678.132	678.132
2.05.04.01	Legal	0	75.285
2.05.04.02	Estatutária	0	602.847
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	14.785	3.352
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	14.785	3.352
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	14.165	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	242.081	228.934
3.01.01	Operações de Crédito	77.227	70.772
3.01.02	Resultado Oper.Tit.Val.Mobiliários	163.442	155.143
3.01.03	Resultado de Operações de Câmbio	1.412	3.019
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-151.735	-129.713
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-45.878	-46.003
3.02.02	Operações de Emprést. Cessões e Repasses	-88.657	-59.666
3.02.03	Provisão Oper.Crédito e Outros Créditos	-17.200	-24.044
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	90.346	99.221
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-17.212	-45.742
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	135.652	111.263
3.04.02	Despesas de Pessoal	-90.667	-74.825
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-51.138	-49.314
3.04.04	Despesas Tributárias	-16.573	-15.865
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	103.427	76.974
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-97.913	-93.975
3.05	Resultado Operacional	73.134	53.479
3.06	Resultado Não Operacional	1.006	3.102
3.06.01	Receitas	1.063	8.923
3.06.02	Despesas	-57	-5.821
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	74.140	56.581
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-60.209	-56.047
3.09	IR Diferido	0	5.336
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	13.931	5.870
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,0047	0,00198

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	13.931	5.870
4.02	Outros Resultados Abrangentes	11.667	841
4.03	Resultado Abrangente do Período	25.598	6.711

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	459.934	649.291
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	23.224	126.834
6.01.01.01	Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período	13.931	5.870
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	6.944	7.735
6.01.01.03	Provisão Oper.Crédito e Outros Créditos	20.772	24.043
6.01.01.04	Ganhos de Capital	-44	-6
6.01.01.05	Desp. Provisões Passivos Contingentes	33.894	29.506
6.01.01.06	Desp. Provisões para Riscos do FNO	60.034	59.699
6.01.01.08	Recuperação de outros encargos e despesas	0	-12
6.01.01.09	Rendas de TVM disponíveis para venda	-96.870	0
6.01.01.10	Rendas de TVM mantidos até o vencimento	-7.234	0
6.01.01.11	Reversão de Provisões para Outros Créditos	-3.572	0
6.01.01.12	Reversão Outras Provisões Operacionais	-4.631	0
6.01.01.13	Reversão Outras Prov.Operac.-Aplic.Dep.Interf.	0	-1
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	436.710	522.457
6.01.02.01	(Aumento) / Redução em TVM para negociação	-20.723	267.053
6.01.02.02	Redução em Outros Valores e Bens	141	989
6.01.02.03	(Aumento) / Redução em Aplicações Inter.Liquidez	-153.764	132.817
6.01.02.04	(Aumento) / Redução em Rel. Interf.e Interd.	-250.933	47.631
6.01.02.05	Redução / (Aumento) em Oper. de Crédito	88.441	-176.652
6.01.02.06	Redução em Outros Créditos	24.012	17.975
6.01.02.07	Aumento / (Redução) em Depósitos	988.622	-746
6.01.02.08	(Redução) / Aumento em Obrig.Empr. e Repasses	-25.379	9.891
6.01.02.09	(Redução) / Aumento em Captações no Merc.Aberto	-412.167	22.441
6.01.02.10	Aumento em outras Obrigações	198.460	201.058
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-138.858	-274.779
6.02.01	(Aumento) em TVM disponíveis p/ venda	-171.792	-281.179
6.02.02	Redução em TVM mantidos até o vencimento	33.249	0
6.02.03	Inversões em Imobilizações de Uso	-18	-58
6.02.04	Alienação do Imobilizado de Uso	84	6.258
6.02.05	Alienação de bens não de uso	-378	0
6.02.07	Aplicação no Intangível	-3	-20
6.02.08	Baixa do Intangível	0	220
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	321.076	374.512
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	804.071	481.066
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.125.147	855.578

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.219.669	2.253	30.809	678.132	0	3.352	1.934.215
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.219.669	2.253	30.809	678.132	0	3.352	1.934.215
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	13.931	0	13.931
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	11.433	11.433
5.12	Outros	0	0	-234	0	234	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-390	0	390	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Reserva de Reavaliação	0	0	156	0	-156	0	0
5.13	Saldo Final	1.219.669	2.253	30.575	678.132	14.165	14.785	1.959.579

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.219.669	2.253	34.595	674.203	0	2.892	1.933.612
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.219.669	2.253	34.595	674.203	0	2.892	1.933.612
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	5.870	0	5.870
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	365	365
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	365	365
5.12	Outros	0	0	-476	0	476	0	0
5.12.01	Movimentação da reserva de Reavaliação	0	0	-4.387	0	4.387	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Reserva Reavaliação	0	0	3.911	0	-3.911	0	0
5.13	Saldo Final	1.219.669	2.253	34.119	674.203	6.346	3.257	1.939.847

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	464.966	396.230
7.01.01	Intermediação Financeira	242.081	228.934
7.01.02	Prestação de Serviços	135.652	111.263
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-17.200	-24.044
7.01.04	Outras	104.433	80.077
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-134.535	-105.669
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-140.593	-134.001
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-9.085	-6.705
7.03.02	Serviços de Terceiros	-33.595	-33.321
7.03.04	Outros	-97.913	-93.975
7.04	Valor Adicionado Bruto	189.838	156.560
7.05	Retenções	-6.944	-7.735
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.944	-7.735
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	182.894	148.825
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	182.894	148.825
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	182.894	148.825
7.09.01	Pessoal	75.166	59.884
7.09.01.01	Remuneração Direta	57.739	44.710
7.09.01.02	Benefícios	13.127	11.492
7.09.01.03	F.G.T.S.	4.300	3.682
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	92.283	81.518
7.09.02.01	Federais	90.580	79.697
7.09.02.02	Estaduais	4	8
7.09.02.03	Municipais	1.699	1.813
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.514	1.553
7.09.03.01	Aluguéis	1.514	1.553
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.931	5.870
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.931	5.870

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º Trimestre de 2012

1. Apresentação

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia, elaborados em conformidade com a legislação societária, Banco Central do Brasil e demais normativos legais, os quais resumem o desempenho de suas atividades no 1º trimestre de 2012.

2. Ações desenvolvidas no 1º trimestre para aperfeiçoamento do crédito

2.1 Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013

O Banco da Amazônia participou, no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), de discussões sobre a política agrícola brasileira, ocasião em que encaminhou subsídios para a elaboração do Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013. Esse processo busca o alinhamento da política de atuação do Banco na Região com as políticas, planos e programas do governo federal e dos estados.

2.2 Linha de financiamento para agropecuária irrigada

Foi criada linha específica para financiamento da agropecuária irrigada na Região. O objetivo é incentivar o desenvolvimento da agropecuária, assegurando a produção nos períodos de safra e entressafra, proporcionando a obtenção de produtos de qualidade, oportunidade de comercialização e a sustentabilidade ambiental dos empreendimentos. A linha se destina ao financiamento de serviços como projeto básico e executivo de irrigação, drenagem, infraestrutura hídrica.

2.3 Financiamento para empresas exportadoras

Foram ampliados os limites de financiamentos concedidos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), para as empresas exportadoras regionais, com o objetivo de fortalecer o segmento exportador, contribuindo diretamente com a balança comercial dos estados da Região Amazônica.

2.4 Atuação na estratégia negocial “Desenvolvimento Regional Sustentável” (DRS)

O Banco firmou parceria com o Banco do Brasil, para atuação com a estratégia negocial DRS, visando à realização de ações conjuntas para promover o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica. A parceria viabilizará treinamentos e o compartilhamento da ferramenta de gestão dos negócios e dos indicadores de desenvolvimento local. A estratégia negocial DRS compreende oito fases, executando primeiramente a etapa de sensibilização, com capacitação de 250 empregados, e posteriormente as atividades produtivas, formação de equipes, diagnósticos, planos de negócios DRS, análises, implementação e avaliação.

3. Atuação em situações climáticas extremas

Como forma de aperfeiçoar as ações de sustentabilidade, foi elaborada a proposta de atuação para situações climáticas extremas, provocadas por mudanças climáticas, tornando possível o Banco assumir compromisso institucional de envidar esforços em casos de catástrofes naturais e reconstrução local.

A proposta de atuação foi apresentada ao Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida – Comunidade, Organizações e Pessoas (COEP), que reúne 1.100 organizações públicas e privadas, para a promoção de iniciativas visando o desenvolvimento humano e social de baixa renda do país, especialmente, as localizadas nas áreas de risco.

Entre as várias ações propostas pelo Banco no 1º trimestre de 2012, destacam-se:

- Lançamento do “Programa Amazônia Emergencial para Pessoas Físicas (PF) e Pessoa Jurídica (PJ)”, produtos de crédito comercial para clientes domiciliados nos municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública;
- Elaboração e operacionalização do “Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais (BNDES-PER)”, voltado à retomada da atividade econômica em municípios atingidos por desastres naturais;
- Campanha “SOS ACRE” com o objetivo de arrecadar recursos financeiros para ajudar as pessoas atingidas pelas enchentes ocorridas no estado do Acre, em parceria com a Diocese de Rio Branco.

4. Desempenho econômico-financeiro

Comentário do Desempenho

4.1 Resultado

O Banco da Amazônia obteve lucro líquido de R\$13,9 milhões no 1º trimestre de 2012, resultado de 137,3% superior ao apresentado no mesmo período de 2011 (R\$5,9 milhões). As principais contribuições para obtenção desse resultado foram:

- 1) crescimento de 21,9%, nas receitas de prestação de serviços (receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias), totalizando R\$135,7 milhões no 1º trimestre de 2012 (R\$111,3 milhões no 1º trim/2011);
- 2) crescimento de 34,4% das outras receitas operacionais, correspondendo ao montante de R\$103,4 milhões no 1º trimestre/2012 (R\$77,0 milhões no 1º trim/2011), e;
- 3) queda de 28,5% nas despesas de provisão para operações de crédito e outros créditos que no trimestre findo foi de R\$17,2 milhões (R\$24,0 milhões no 1º trim/2011), em função da melhoria do desempenho da carteira de crédito.

4.2. Ativos e Passivos

4.2.1 Ativo total

O Banco da Amazônia encerrou o 1º trimestre de 2012 com o ativo total de R\$10.761,6 milhões, registrando crescimento de 22,1% em relação ao 1º trimestre de 2011 (R\$8.813,0 milhões).

4.2.2 Títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários e as Aplicações Interfinanceiras permaneceram como os maiores componentes, representando 63,9% do ativo total.

4.2.3 Carteira de operações de crédito

A carteira de crédito (desconsiderando as operações com recursos do FNO) encerrou o 1º trimestre de 2012, com saldo de R\$2.220,0 milhões, representando uma evolução de 5,6% em relação ao mesmo período de 2011 (R\$2.101,8 milhões), contribuindo com 20,6% para o ativo total do Banco.

4.2.4 – Limites Operacionais – Índice de Basileia

A mensuração do capital regulamentar (compatibilidade do patrimônio de referência com o grau de risco dos ativos, passivos e compensação) é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente (Basileia II) e considera: a) risco de crédito, b) risco de mercado e c) risco operacional. O índice de Basileia continua acima dos 11% exigidos, conforme Resolução nº 2099/1994 e alterações posteriores. No 1º trimestre/2012, atingiu 16,5% (22,0% no 1º trim/2011), apresentando excesso de capital no montante de R\$643,3 milhões (R\$956,0 milhões no 1º trim/2011).

4.2.5 Recursos de Terceiros

Em termos de captação, a carteira de depósitos encerrou o trimestre com evolução de 42,2% em relação ao mesmo período anterior, totalizando R\$3.326,3 milhões (R\$2.338,5 no 1º trim/2011). As operações compromissadas, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro, apresentaram queda de 88,5%, encerrando o trimestre com o valor de R\$22,0 milhões (R\$190,5 milhões no 1º trim/2011).

As Obrigações por Empréstimos e Repasses, compostas por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Orçamento Geral da União (OGU) e Caixa Econômica Federal (CEF), fecharam o 1º trimestre/2012 com saldo de R\$464,4 milhões (R\$519,4 milhões no 1º trimestre de 2011), tendo participação de 4,3% no total do passivo.

4.2.6 Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

O FNO é a principal fonte de recurso para promover o desenvolvimento humano, econômico e social da região Norte, atendendo projetos de agricultura e pecuária de pequenas, médias e grandes escalas, microempresas voltadas às exportações e negócios nos setores mineral, industrial, agroindustrial, turístico, de infraestrutura, comercial e de serviços que maximizem resultados socioeconômicos, com baixo impacto ambiental.

Os recursos do FNO disponíveis para aplicação, no 1º trimestre/2012, apresentaram saldo no valor de R\$3.183,2 milhões (R\$2.195,8 milhões no 1º trim/2011), correspondem a 29,6% do passivo total do Banco.

4.2.7 – Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido ajustado do Banco totalizou R\$1.959,6 milhões no 1º trimestre/2012, mantendo-se estável comprado ao 1º trimestre de 2011 (R\$1.939,9 milhões). A rentabilidade anualizada atingiu 7,8% no 1º trimestre de 2012 (1,2% no 1º trim/2011).

5. Gestão de riscos

A Gestão de Riscos no âmbito do Banco da Amazônia S.A, tem como objetivo permear os riscos existentes em todas as atividades da Instituição, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos

negativos, contribuindo para que os objetivos sejam alcançados, as causas geradoras de danos sejam eliminadas ou os efeitos sejam mitigados de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos.

Comentário de Desempenho

5.1. Risco operacional e controles internos

Foi aprovado pela Diretoria Executiva do Banco neste trimestre o *Rating* de Conformidade, que é mais uma ferramenta de gestão do nível de exposição a riscos, dando visibilidade para gestores de Agência, Superintendência e Alta Administração da qualidade dos controles internos das unidades.

O *Rating* é definido como um instrumento de classificação da Rede de Distribuição através de um conjunto de indicadores que sinaliza a qualidade dos controles praticados, permitindo a identificação do nível de maior ou menor exposição ao risco operacional em cada Unidade ou Superintendência.

Para o Banco risco operacional se caracteriza pela possibilidade de ocorrência de perda resultante de falhas, deficiências ou inadequação de processos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Esta definição inclui o risco legal. A gestão do risco operacional permeia toda a Organização e todas as unidades e níveis hierárquicos possuem papéis e responsabilidades.

5.2 Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito no Banco da Amazônia está balizada na Política de Risco de Crédito aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer, estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco, atualmente, distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco de acordo com a Res. CMN nº2.682. A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C.

5.3 Risco de Mercado

A gestão do Risco de Mercado no Banco da Amazônia é regida pela Política de Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, a qual estabelece os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme os termos da Circular/BACEN nº 3.354.

O modelo interno de *Value at Risk* (VaR), que representa o valor máximo de potencial de perda a que fica exposta a Instituição em função de oscilação dos preços dos seus ativos, é calculado diariamente para as diversas carteiras do Banco em complementação ao modelo de alocação de capital definido pelo Banco Central.

Em função da sua posição conservadora em termos de exposição, o Banco da Amazônia mantém alocação de 65,46% do valor de mercado (MtM) da sua carteira indexada à SELIC e CDI. O baixo valor em risco é também evidenciado por um VaR de R\$2,3 milhões em 31/03/2012, o que representa um percentual de 0,03% do valor de mercado do total da carteira.

5.4 Risco de Liquidez

A gestão do Risco de Liquidez é regida pela Política de Risco de Liquidez, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. A Política estabelece os limites para os Índices de Disponibilidade, sendo o monitoramento e avaliação do fluxo de caixa (aferição dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos) da Instituição realizado pela Gerência de Riscos.

O Banco da Amazônia vem mantendo, constantemente, um colchão de liquidez bastante confortável, sem registro de eventos de extrapolação do índice de disponibilidade de recursos definidos na Política Institucional de Risco de Liquidez. O grande volume de títulos públicos de alta liquidez em carteira tem permitido ao Banco da Amazônia manter e, inclusive, ampliar em relação trimestre anterior, as disponibilidades de recursos.

No 1º trimestre de 2012, o Banco manteve alocação conservadora das disponibilidades do FNO nos vértices com previsão de desembolso no prazo de até 60 dias. Destaca-se que o volume de recursos disponíveis do FNO, neste trimestre de 2012, em relação ao trimestre anterior, teve um crescimento em torno de 11,68%, fechando, em 31/03/2012, no valor de R\$3,136,0 milhões. Nesse cenário, a análise do fluxo projetado demonstra que a Instituição não apresenta problema de liquidez, dado o grande volume de recursos disponíveis, que mitiga o impacto da inadimplência atual, a qual, em relação ao trimestre anterior, apresentou um recuo, passando de 6,17%, em dezembro/11, para 5,72%, no final de março/12. Essa situação é ratificada pela posição doadora de recursos que o Banco mantém através das operações de CDI/CDB e que, em 31/03/2012, fechou em torno de R\$652 milhões, assim como o elevado valor (69% da carteira de títulos) alocado em títulos públicos de alta liquidez.

6. Recursos Humanos

Comentário do Desempenho

6.1 Composição do quadro de pessoal

O Banco encerrou o 1º trimestre de 2012 com 3.150 empregados e 531 estagiários, totalizando 3.681 colaboradores.

6.2 Programas de treinamento e capacitação do quadro de pessoal

Para seus empregados são desenvolvidos, permanentemente, programas de treinamento e capacitação, na forma presencial e à distância. Os cursos são focados, em especial, para as áreas operacionais e técnicas. Assim, no 1º trimestre de 2012, foram investidos R\$1.354 mil (R\$491 mil no 1º trim/2011), com a participação de 1.575 empregados em 60 eventos.

7. Responsabilidade social e sustentabilidade

O Banco da Amazônia, consciente de sua responsabilidade social e de sustentabilidade ambiental, buscou parcerias e ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico da Região Amazônica. Neste 1º trimestre de 2012, destacaram-se

- Renovação das parcerias institucionais internacionais com a *Asociación Latinoamericana de Instituciones Financieras para El Desarrollo* (ALIDE), com o *Institute of International Finance* (IIF) e Câmara de Comércio Brasil – Estados Unidos.
- Tratativa com os Institutos Franceses da Pecuária Bovina (*De L'Élevage*) e de Suína (*Du Porc*).
- Participação do Banco no “Encontro de CEOs de Bancos da América Latina 2012, promovido pelo IIF, na cidade do Rio de Janeiro.
- Parceria com o Ministério da Fazenda para discutir a forma de participação do Banco da Amazônia na conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, no evento “Rio+20”.
- Transformação da Comissão para Comitê de Agendamento Ambiental e de Sustentabilidade, visando o desenvolvimento de estratégias que contemplem a agenda “A3P” do Banco, constante no compromisso firmado entre o Banco e Ministério do Meio Ambiente (MMA), os princípios do Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental, a sua agenda 21, Plano Nacional de Mudanças Climáticas, bem como todos os programas, projetos e ações mantenham aderência com a Política Corporativa pela Sustentabilidade.

8. Rede de Atendimento e relacionamento com clientes

O Banco da Amazônia encerrou o primeiro trimestre de 2012 com 118 agências, 4 postos de atendimento avançado (PAA), 4 postos de atendimento bancário (PAB) e 54 postos de atendimento eletrônico, totalizando 180 pontos de venda.

9. Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF)

Encontra-se em curso a intervenção decretada pela PREVIC nos planos administrados pela CAPAF, inclusive tendo sido prorrogado, através da Portaria nº 142/2012, o seu prazo para mais 180 dias.

Somente com o resultado da intervenção é que o Banco terá as informações precisas que lhe permitirão mensurar o seu nível de responsabilidade junto a CAPAF. Entretanto, estão sendo mantidas as atualizações atuariais trimestrais de sua obrigação junto àquela Caixa de Previdência, com base na Deliberação CVM nº 600/2009 (reconhecimento de 50% do déficit do plano de benefício definido – BD). Além dessa medida, o Banco vem cumprindo com a decisão judicial, desde março/2011, que estabeleceu a obrigatoriedade de complementação, mensal, da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas referente ao plano BD.

10. Governança Corporativa

10.1. Circular BACEN nº 3.068/2011

O Banco da Amazônia declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos assim classificados, no montante de R\$334,8 milhões, que representam 6,5% do total de sua carteira de títulos.

10.2 Auditoria independente

O Banco adota políticas internas para atender aos princípios que preservem a independência de seus auditores, de acordo com as normas brasileiras e internacionais. Essas políticas consistem em que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no Banco, nem promover os interesses do Banco.

Comentário do Desempenho

Em referência a Instrução CVM nº 381, de 14.01.2003, o Banco da Amazônia informa que a Ernst & Young Terco, Auditoria Independente do Banco, foi contratada em 17 de junho de 2009 através do processo de licitação, tipo “menor preço”, modalidade pregão eletrônico 2009/023, para prestar serviços de assessoria na implementação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) no Banco da Amazônia. O contrato permite a prorrogação em até 48 meses.

Conforme escopo dos serviços propostos e com base nas normas de independência profissional da Ernst & Young Terco e dos órgãos reguladores, os serviços a serem prestados pela Ernst & Young Terco não constam na lista dos serviços não permitidos para clientes de auditoria. Na prestação dos serviços, a Ernst & Young Terco não estará agindo em nome da administração do Banco, não efetuará os cálculos de ajustes, remodelamentos de sistemas contábeis e de controles internos, preparação das demonstrações financeiras e não estará na posição de auditar o seu próprio trabalho. Dessa forma, a Ernst & Young Terco declara que a prestação destes serviços não afeta a sua independência profissional, enquanto auditores independentes do Banco da Amazônia.

Administração

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista, o Banco da Amazônia S.A. (Banco), tem por objeto a prestação de serviços bancários e a realização de todas as operações inerentes a esta atividade, abrangendo câmbio e crédito pessoal.

É um dos órgãos do Governo Federal que promove e executa suas políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da Região Amazônica, daí operar e administrar o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota nº19), sendo, também, responsável pela administração do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (nota nº17) e agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA (nota nº 18).

2. Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas as alterações introduzidas pela Lei nº11.638/2007 e pela Lei nº11.941/2009, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Visando à uniformização aos padrões contábeis internacionais, denominado *Internacional Financial Reporting Standard* (IFRS), o Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória.

3. Principais Práticas Contábeis

- a) As informações financeiras estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações.
- b) O resultado é apurado de acordo com o regime contábil da competência mensal.
- c) Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.
- d) Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata dia*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento do balanço; os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.
- e) As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.
- f) Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pelas Circulares nºs 3.068/2001 e 3.082/2002, do BACEN, e estão distribuídos em três categorias:

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

Títulos para Negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos Disponíveis para Venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Para marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são utilizados parâmetros como: cotações pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), critérios que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, bem como o preço calculado pelo fator de risco e liquidez da marcação a mercado.

Os rendimentos dos títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados e apropriados *pro rata dia* pelo método exponencial, de acordo com as cláusulas de remuneração.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor de venda e o valor atualizado dos títulos é levada ao resultado, como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários, conforme o caso.

- g) As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os parâmetros da Resolução nº 2.682/1999, do CMN, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e verificáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independente de seu nível de risco, serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
- h) No Permanente, os Investimentos e os Outros Imobilizados de Uso foram avaliados pelo custo de aquisição; os Imóveis de Uso próprio são apresentados pelo valor de avaliação. O Diferido é composto por gastos com a aquisição e desenvolvimento de sistemas e métodos e adaptação de dependências, avaliado ao custo incorrido. No Intangível, foram contabilizados direitos de uso de sistemas implantados ou em fase de implantação e que fazem parte do projeto de excelência tecnológica do Banco (nota nº 9.d).

A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: para edificações, são aplicadas taxas variáveis de acordo com a vida útil prevista nos laudos de avaliação; 10% para móveis e utensílios, instalação e sistemas de comunicação e segurança; e 20% para veículos, equipamentos de processamento de dados, gastos diferidos e intangíveis.

A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução nº 3.565/2008.

- i) É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment*, quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

- j) Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.
- k) A obrigação do Banco relacionada aos benefícios pós-emprego, compreendendo complementação de aposentadoria e auxílio saúde é atualizado trimestralmente de acordo com a avaliação atuarial realizada por empresa especializada, em conformidade com a Deliberação nº 600/2009 da CVM (nota nº 24).
- l) As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	15%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%

O Banco registra e controla o crédito tributário sobre provisões indedutíveis temporariamente, sendo sua baixa realizada de acordo com a legislação fiscal vigente (nota nº 15.b).

- m) Na elaboração das demonstrações financeiras do Banco são utilizadas estimativas e estabelecidas premissas que impactam os valores nelas reportados, especialmente quanto às provisões e marcações a mercado. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.
- n) Para a constituição de provisão de passivos contingentes e, em atendimento ao CPC nº 25 e aprovação pelo CMN através da Resolução nº 3.823/2009, são adotados métodos estatísticos históricos dos últimos cinco anos.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.03.2012	31.12.2011
Disponibilidades	40.150	41.070
Disponibilidade em moeda nacional	29.908	35.931
Disponibilidade em moeda estrangeira	10.242	5.139
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	1.084.997	763.001
Aplicações no mercado aberto	1.084.997	763.001
TOTAL	1.125.147	804.071

(*) Referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias.

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31.03.2012	31.12.2011
Aplicações no mercado aberto	1.084.997	763.001
Posição Bancada	1.084.997	763.001
Letras Financeiras do Tesouro	149.998	163.000
Letras do Tesouro Nacional	934.999	600.001
Aplicações em depósitos interfinanceiros	663.525	509.761
Certificados de Depósitos Interfinanceiros	703.974	550.210
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(40.449)	(40.449)
TOTAL (no curto prazo)	1.748.522	1.272.762

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram no trimestre R\$38.113 (R\$27.408 no 1º trim/2011).

6. Títulos e Valores Mobiliários

	31.03.2012	31.12.2011
Carteira própria - livres	5.090.526	4.404.703
Títulos Públicos	4.186.853	3.802.240
Letras Financeiras do Tesouro	3.460.719	3.003.375
Letras do Tesouro Nacional	46.291	47.630
Notas do Tesouro Nacional	353.476	421.174
Certificados Financeiros do Tesouro	326.023	329.720
Títulos da Dívida Agrária	344	341
Títulos Privados	903.673	602.463
Debêntures	339.152	265.630
Cotas de Fundos de Investimento	193.362	184.574
Outros	371.159	152.259
Vinculados a operações compromissadas	22.178	436.244
Títulos Públicos	22.178	436.244
Letras Financeiras do Tesouro	22.178	436.244
Vinculados a prestação de garantias	15.258	12.212
Títulos Públicos	15.258	12.212
Letras Financeiras do Tesouro	12.623	12.212
Letras do Tesouro Nacional	2.635	-
TOTAL	5.127.962	4.853.159
Saldo de curto prazo	1.380.614	1.095.541
Saldo de longo prazo	3.747.348	3.757.618

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

Classificação dos títulos e valores mobiliários

a. Quanto ao vencimento

	31.03.2012					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL
1-Títulos para negociação(*)	-	-	211.831	36.133	509.407	757.371
Títulos Públicos	-	-	211.831	36.133	509.407	757.371
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	211.831	36.133	509.407	757.371
2-Títulos Disponíveis para venda	34.350	588.742	2.634.358	229.058	549.314	4.035.822
Títulos Públicos	-	506.355	2.006.651	96.182	522.961	3.132.149
Letras Financeiras do Tesouro	-	334.006	1.785.000	96.182	522.961	2.738.149
Letras do Tesouro Nacional	-	48.926	-	-	-	48.926
Notas do Tesouro Nacional	-	123.423	221.651	-	-	345.074
Títulos Privados	34.350	82.387	627.707	132.876	26.353	903.673
Debêntures	-	30.613	201.447	80.739	26.353	339.152
Cotas de Fundos de Invest. – FIDC	-	4.139	102.736	52.137	-	159.012
Cotas de Fundos de Invest. – FI REF	34.350	-	-	-	-	34.350
Outros Títulos – Privados – Letras Financeiras/NP	-	47.635	323.524	-	-	371.159
3-Títulos Mantidos até o vencimento	-	150	230	7.899	326.490	334.769
Títulos Públicos	-	150	230	7.899	326.490	334.769
Notas do Tesouro Nacional	-	64	58	7.813	467	8.402
Certificados Financeiros do Tesouro	-	-	-	-	326.023	326.023
Outros títulos públicos – TDA	-	86	172	86	-	344
TOTAL	34.350	588.892	2.846.419	273.090	1.385.211	5.127.962
TOTAL em 31.12.2011	107.083	210.184	2.773.434	278.432	1.484.026	4.853.159

(*) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme § único do art. 7º da Circular nº3.068/2001.

b) Quanto aos ajustes

	31.03.2012		AJUSTES DO		
	CUSTO	MERCADO	31.12.2011	TRIMESTRE	31.03.2012
Para negociação	755.538	757.371	(129)	1.962	1.833
Letras Financeiras do Tesouro	755.538	757.371	(129)	1.962	1.833
Disponíveis para venda	4.011.181	4.035.822	5.586	19.055	24.641
Letras Financeiras do Tesouro	2.734.467	2.738.149	(850)	4.532	3.682
Letras do Tesouro Nacional	48.607	48.926	379	(60)	319
Notas do Tesouro Nacional	338.304	345.074	4.324	2.446	6.770
Debêntures	337.197	339.152	1.548	407	1.955
Cotas de Fundos de Investimentos – FIDC	150.462	159.012	(1.025)	9.575	8.550
Cotas de Fundos de Investimentos – FI REF	34.350	34.350	-	-	-
Outros Títulos Privados	367.794	371.159	1.210	2.155	3.365
Mantidos até o vencimento⁽¹⁾	334.769	334.769	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional ⁽²⁾	8.402	8.402	-	-	-
Certificados Financeiros do Tesouro ⁽³⁾	326.023	326.023	-	-	-
Outros títulos públicos - TDA ⁽⁴⁾	344	344	-	-	-

(1) Para fins contábeis, esses títulos estão registrados à curva. Caso fossem marcados a mercado, teriam um ajuste negativo de R\$37.055 em 31 de março de 2012;

(2) Pela característica de emissão, esses títulos são inegociáveis e destinados ao pagamento das alienações das participações societárias;

(3) Recebidos pelo Banco no Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 27 de junho de 2001, que contemplou a permuta por títulos dos créditos existentes junto à União dos financiamentos celebrados ao amparo da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;

(4) Títulos recebidos como resultado de negociação com a Secretaria do Tesouro Nacional, não possuindo cotações junto ao mercado secundário.

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

Do total de Certificados Financeiros do tesouro (CFT), R\$312.684 (R\$316.453 em 31.12.2011) estão vinculados ao pagamento do déficit da CAPAF e, portanto, não marcados a mercado, dado o objetivo de repasse àquela Caixa pelo valor de face.

Caso essas CFT's estivessem marcadas a mercado apresentariam uma desvalorização de R\$34.959 (R\$38.637 em 31.12.2011).

No trimestre não houve reclassificações entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

As receitas com TVM totalizaram no trimestre R\$125.329 (R\$127.735 no 1º trim/2011).

7. Carteira de Crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução nº 2.682/1999, do CMN, estão compostas da seguinte forma:

	31.03.2012			31.12.2011		
	Normal	Vencidas	Total	Normal	Vencidas	Total
Operações de crédito						
Empréstimos	1.161.251	61.648	1.222.899	1.040.862	56.085	1.096.947
Títulos descontados	19.999	1.243	21.242	17.507	1.379	18.886
Financiamentos	584.392	6.275	590.667	800.442	6.919	807.361
Financiamentos rurais	272.496	36.765	309.261	277.661	42.806	320.467
Subtotal	2.038.138	105.931	2.144.069	2.136.472	107.189	2.243.661
Outros créditos	6.632	46	6.678	7.223	47	7.270
Diversos	6.632	46	6.678	7.223	47	7.270
Subtotal	2.044.770	105.977	2.150.747	2.143.695	107.236	2.250.931
Adiantamento sobre contrato de câmbio	65.829	3.411	69.240	80.950	5.569	86.519
TOTAL DA CARTEIRA	2.110.599	109.388	2.219.987	2.224.645	112.805	2.337.450
(Provisões)						
(Operações de crédito)	(23.003)	(60.167)	(83.170)	(18.236)	(55.336)	(73.572)
(Outros créditos)	(36)	(34)	(70)	(40)	(7)	(47)
(Câmbio)	(532)	(485)	(1.017)	(2.648)	(2.332)	(4.980)
TOTAL DAS PROVISÕES	(23.571)	(60.686)	(84.257)	(20.924)	(57.675)	(78.599)
TOTAL LÍQUIDO	2.087.028	48.702	2.135.730	2.203.721	55.130	2.258.851

Estes créditos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados com base no critério de vencimento de parcelas:

Operações vincendas

	0 – 30	31 – 60	61 – 90	91 – 180	181 – 360	acima de 360	total da carteira
AA	22.196	6.524	5.557	25.901	45.874	259.516	365.568
A	603.429	107.158	58.091	143.883	256.448	22.744	1.191.753
B	107.443	10.838	10.398	340.254	11.184	1.635	481.752
C	4.707	120	347	737	863	72	6.846
D	45.587	1.199	1.082	1.001	2.653	2.792	54.314
E	257	768	267	316	730	128	2.466
F	167	60	103	1.012	162	21	1.525
G	114	1	1.042	587	156	497	2.397
H	742	348	1.332	1.094	239	223	3.978
TOTAL 31.03.2012	784.642	127.016	78.219	514.785	318.309	287.628	2.110.599
TOTAL 31.12.2011	558.533	583.680	273.952	143.477	156.137	508.866	2.224.645

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

Operações vencidas

	0 – 30	31 – 60	61 – 90	91 – 180	181 – 360	acima de 360	total da carteira
B	15.163	4.055	62	-	-	-	19.280
C	537	9.960	822	229	-	-	11.548
D	1.161	1.356	5.313	494	18	-	8.342
E	285	929	140	6.612	828	-	8.794
F	98	82	187	3.997	1.665	-	6.029
G	84	203	108	4.141	1.247	-	5.783
H	213	523	1.003	9.836	34.042	3.995	49.612
TOTAL 31.03.2012	17.541	17.108	7.635	25.309	37.800	3.995	109.388
TOTAL 31.12.2011	20.635	15.863	12.322	28.660	32.426	2.899	112.805

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos, nos nove níveis de risco e a provisão para operações de crédito, estão a seguir demonstradas:

31.03.2012	Níveis									Total
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
Setor privado										
Rural	113.372	133.688	15.072	2.289	6.082	5.062	3.974	5.237	25.522	310.298
Indústria	227.358	163.715	248.073	6.745	7.700	2.708	49	518	2.740	659.606
Comércio	11.924	211.218	64.942	4.689	5.380	1.172	2.063	442	9.811	311.641
Serviços	4.704	117.534	163.144	553	41.692	785	246	198	8.582	337.438
Pessoas físicas	8.210	130.923	9.801	4.118	1.802	1.533	1.222	1.785	6.935	166.329
Setor público	-	434.675	-	-	-	-	-	-	-	434.675
TOTAL DA CARTEIRA	365.568	1.191.753	501.032	18.394	62.656	11.260	7.554	8.180	53.590	2.219.987
Percentual requerido	-	0,5	1,0	3,0	10,0	30,0	50,0	70,0	100,0	-
Provisão constituída		(5.959)	(5.010)	(552)	(6.265)	(3.378)	(3.777)	(5.726)	(53.590)	(84.257)
31.12.2011										
TOTAL DA CARTEIRA	358.295	1.399.728	427.086	26.278	39.257	21.786	11.734	10.245	43.041	2.337.450
Provisão requerida e constituída	-	(6.999)	(4.271)	(788)	(3.926)	(6.536)	(5.867)	(7.171)	(43.041)	(78.599)

Quanto aos Setores de Atividade Econômica, a carteira está assim apresentada:

	31.03.2012	31.12.2011
Setor Público	434.675	655.136
Administração direta	132.785	137.142
Administração indireta	-	201.785
Atividades empresariais	301.890	316.209
Setor Privado	1.785.312	1.682.314
Rural	310.298	320.467
Indústria	659.606	613.473
Comércio	311.641	292.040
Pessoas físicas	337.438	161.321
Outros serviços	166.329	295.006
Intermediários financeiros	-	7
TOTAL DA CARTEIRA	2.219.987	2.337.450

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	31.03.2012	31.12.2011
Saldos no início dos trimestres	(78.599)	(73.324)
Provisões constituídas	(20.772)	(25.722)
Valores baixados para prejuízo	11.542	20.398
Reversões	3.572	49
Saldos no fim dos trimestres	(84.257)	(78.599)

O saldo acumulado de operações de crédito baixado, controladas em conta de compensação, corresponde a R\$721.347 (R\$714.433 em 31.12.2011).

A recuperação de créditos baixados como prejuízo totalizou R\$5.117 (R\$7.276 no 1º trim/2011).

Abaixo as receitas de operações classificadas por modalidade de crédito:

	1º trim/2012	1º trim/2011
Empréstimos	45.928	38.767
Títulos descontados	1.447	2.132
Financiamentos	18.784	14.701
Financiamentos rurais	5.951	7.896
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.117	7.276
TOTAL	77.227	70.772

Concentração dos principais devedores:

	31.03.2012		31.12.2011	
	VALOR	% CARTEIRA	VALOR	% CARTEIRA
10 maiores devedores	1.201.615	54,1	1.278.828	54,7
50 maiores devedores seguintes	392.997	17,7	429.642	18,4
100 maiores devedores seguintes	125.479	5,7	126.896	5,4
Demais devedores seguintes	499.896	22,5	502.084	21,5
TOTAL	2.219.987	100,0	2.337.450	100,0

8. Outros Créditos - Diversos

Os Outros Créditos estão substancialmente formados pelos valores demonstrados abaixo, exceto pelas Operações de Câmbio, que possuem características de crédito e estão apresentadas na carteira de crédito (Nota nº 7):

	31.03.2012	31.12.2011
Crédito tributário (nota nº 15.b)	581.695	581.196
Títulos e créditos a receber	187.101	188.802
CAPAF ⁽¹⁾	144.100	143.142
Tecnologia	41.247	43.089
Outros	1.754	2.571
Devedores por compra de valores e bens	6.680	7.270
Devedores por depósitos em garantia	37.634	36.763
Devedores para apuração de responsabilidades	15.029	14.489
Impostos e contribuições a compensar	13.237	214
Pagamentos a ressarcir	17.480	16.996
Diversos	12.781	7.003
TOTAL	871.637	852.733

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

Saldo de curto prazo	180.876	204.531
Saldo de longo prazo	690.761	648.202

(1) De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco possui registrado na rubrica "outros créditos diversos" o montante de R\$144.100 (R\$143.142 em 31.12.2011), decorrente de aportes efetuados a maior para o Plano de Contribuição Definida e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido.

9. Permanente

	31.03.2012	31.12.2011
a) Investimentos		
Incentivos fiscais	98	98
Títulos patrimoniais	126	126
Outros	43	43
TOTAL	267	267
b) Imobilizado de uso		
Móveis e equipamentos em estoque	2.053	1.041
Imobilizações em curso	19.293	24.985
Imóveis de uso	62.045	62.817
Terrenos	2.669	2.669
Reavaliações de terrenos	13.223	13.223
Edificações	38.236	38.236
Reavaliações de edificações	35.047	35.047
(-) Depreciação acumulada	(27.130)	(26.358)
Instalações, móveis e equipamentos de uso	11.018	11.209
Móveis e equipamentos de uso	34.925	34.604
(-) Depreciação acumulada	(23.907)	(23.395)
Outras imobilizações	18.288	15.859
Sistema de comunicação	1.472	1.439
Sistema de processamento de dados	66.999	63.569
Sistema de segurança	3.645	3.610
Sistema de transporte	366	366
(-) Depreciação acumulada	(54.194)	(53.125)
TOTAL	112.697	115.911
c) Diferido		
Gastos em imóveis de terceiros	5.686	5.686
SFH – descontos concedidos	44	44
Gastos com projetos logiciais	14.946	14.946
Instalação e adaptação de dependências	5.363	5.362
Reestruturação e modernização sistema operacional	15.035	15.035
(-) Amortização acumulada	(40.068)	(39.463)
TOTAL	1.006	1.610

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

d) Intangível ⁽¹⁾

Licenças de uso de software	16.143	16.142
Software desenvolvido e em desenvolvimento	137.425	137.423
(-) Amortização Acumulada	(37.533)	(34.341)
TOTAL	116.035	119.224

(1) Estão registrados nesse grupamento licenças de uso e software desenvolvido e em desenvolvimento que são parte do Projeto Excelência Tecnológica (PET) do Banco, bem como novas aquisições e desenvolvimentos de outros softwares, enquadrados nas definições da Lei nº 11.638/2007, e da Resolução do CMN nº 3.642/2008.

A Resolução CMN nº 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	31.03.2012	31.12.2011
Limite para Imobilização	969.651	956.676
(-) Situação	(115.381)	(119.450)
Margem	854.270	837.226
Índice de imobilização	6,0%	6,2%

10. Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	31.03.2012					31.12.2011	
	À Vista	A Prazo	Poupança	Dep.Interf.	Outros	Total	Total
Curto Prazo	1.162.114	636.334	465.692	2.227	958.474	3.222.613	2.257.112
Sem Vencimento	1.162.114	33.998	465.692	-	946.837	2.608.640	1.067.912
Até 90 dias	-	241.648	-	2.227	6.392	248.040	260.210
De 91 a 360	-	360.688	-	-	5.245	365.933	928.990
Longo Prazo	-	80.021	-	-	21.410	103.659	80.538
TOTAL	1.162.114	716.355	465.962	2.227	979.884	3.326.272	2.337.650

b) Os depósitos especiais com remuneração, classificados dentro de depósito a prazo, totalizaram R\$979.815 (R\$645.105 em 31.12.2011) e estão distribuídos da seguinte forma:

	31.03.2012	31.12.2011
FAT	32.866	32.447
FRAP	60	39
FIDER	182	179
FINAM	9.211	8.855
Dep. Especiais Remunerados – SUDAM	937.496	603.585
TOTAL	979.815	645.105

c) As Captações no Mercado Aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, totalizam R\$21.998 (R\$434.165 em 31.12.2011), foram negociadas à taxa média anualizada de 9,7% e estão garantidas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo. As despesas de captações geradas com essas operações totalizaram R\$3.467 (R\$4.111 no 1º trim/2011).

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

d) Despesas de captações no mercado:

	1º trim/2012	1º trim/2011
Despesas de Captações com Depósitos	42.411	41.892
A prazo	14.980	20.045
Poupança	7.405	7.854
Judiciais	552	448
Interfinanceiros	54	-
Demais captações	19.420	13.545
Despesas de Captações no Mercado Aberto	3.467	4.111
Carteira própria	3.467	4.111
TOTAL	45.878	46.003

11. Obrigações por Empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante no final do trimestre é de R\$79.870 (R\$101.243 em 31.12.2011), com vencimento no curto prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 2,7% a.a. e a variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12. Obrigações por Repasses

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

	31.03.2012			31.12.2011		
	TAXA % ^(*)	PRAZO	VALORES	TAXA % ^(*)	PRAZO	VALORES
	a.a.	(ano)		a.a.	(ano)	
BNDES FINEM	6,7	4	16.314	6,7	4	16.630
BNDES Industrial	7,3	11,6	248.213	7,3	19	246.326
BNDES P. Física	8,0	1	637	8,0	1	625
BNDES Rural	4,4	3	10.232	4,5	3	12.434
BNDES Comércio	7,6	8,2	11.377	7,6	3,9	12.050
BNDES Serviços	7,1	7,4	1.395	7,2	4	1.596
BNDES Gov Munic	7,0	2,4	260	7,0	2	284
CEF	2,5	1	43	2,5	1	57
FINAME Industrial	10,1	5,1	2.016	9,8	5	2.222
FINAME Rural	6,3	2,1	4.248	6,6	2	3.966
FINAME Comércio	9,5	3,1	2.999	9,4	5	3.179
FINAME Serviços	8,8	8,8	133.015	8,8	8	136.062
STN OGU	0,5	2	33.602	1,1	2	32.925
STN – RECOOP	7,8	5	40	7,8	5	41
TOTAL	-	-	464.391	-	-	468.397

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

Curto Prazo	-	-	94.259	-	-	92.104
Longo Prazo	-	-	370.132	-	-	376.293

(*) Já acrescidas da variação da TJLP ou TR ou Cesta de Moedas, quando exigidos.

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações.

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
BNDES FINEM	116	804	296	2.288	6.890	5.723	197	16.314
BNDES Industrial	758	8.637	625	24.922	67.328	41.162	104.781	248.213
BNDES P. Física	-	637	-	-	-	-	-	637
BNDES Rural	422	610	1.307	3.165	3.875	853	-	10.232
BNDES Comércio	249	424	212	1.609	4.587	3.876	420	11.377
BNDES Serviços	124	200	6	597	468	-	-	1.395
BNDES Gov Munic	8	16	8	63	165	-	-	260
CEF	5	10	14	14	-	-	-	43
FINAME Industrial	75	137	147	285	430	300	642	2.016
FINAME Rural	-	843	846	501	1.260	37	761	4.248
FINAME Comércio	83	128	192	361	1.535	700	-	2.999
FINAME Serviços	1.997	2.898	4.342	8.693	34.848	34.848	45.389	133.015
STN OGU	16.787	1.622	2.043	4.124	8.932	92	-	33.602
STN – RECOOP	1	-	2	4	3	3	27	40
TOTAL 31.03.2012	20.627	16.966	10.040	46.626	130.321	87.594	152.217	464.391
TOTAL 31.12.2011	18.960	16.523	6.361	52.094	130.725	89.624	154.110	468.397

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Banco possui registrado no Orçamento Geral da União (OGU), o montante de R\$33.602 (R\$32.925 em 31.12.2011).

O total repassado pelo Tesouro no trimestre, findo em 31 de março de 2012, foi da ordem de R\$4.624 (R\$2.752 no 1º trim/2011). São remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média SELIC e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decêndio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decêndio imediatamente anterior. No trimestre, foi recolhido ao Tesouro Nacional o montante de R\$28 (R\$15 no 1º trim/2011) e registrado como taxa de administração dos recursos do OGU o valor de R\$465 (R\$606 no 1º trim/2011).

13. Outras Obrigações

a) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	31.03.2012	31.12.2011
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)	3.183.163	2.917.188
Marinha Mercante (FMM)	65.581	66.819
Outros	79	78
TOTAL	3.248.823	2.984.085

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

Saldo de curto prazo	3.187.108	2.921.201
Saldo de longo prazo	61.715	62.884

Os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), no valor de R\$3.183.163 (R\$2.917.188 em 31.12.2011), corresponde a, aproximadamente, 98,0% desta rubrica. Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo BACEN (Nota nº19), não apresentando vencimento.

b) Os outros saldos estão substancialmente apresentados abaixo:

	31.03.2012	31.12.2011
Provisão para passivos contingentes	1.393.159	1.347.655
Ações trabalhistas (nota nº 28. c)	33.947	28.534
Ações cíveis (nota nº 28. c)	26.627	25.777
Contribuição previdenciária - CAPAF (nota nº 24)	412.778	404.984
Aposentados responsabilidade do Banco (nota nº 24)	60.190	62.172
Auxílio-saúde a aposentados (nota nº 24)	100.187	97.947
Provisão – FNO (nota nº 19)	639.103	604.319
Provisão para fundos de investimentos (nota nº 28. c)	16.948	18.173
Cessão de crédito – lei nº 9.138/1995 ⁽¹⁾	59.206	57.055
Outras provisões operacionais	14.869	14.792
Outros	29.304	33.902
Obrigações por aquisição de bens e direitos ⁽²⁾	30.972	40.743
Provisão para pagamentos a efetuar	57.985	59.868
Obrigações por convênios oficiais ⁽³⁾	20.472	15.819
Demais	33.352	35.166
TOTAL	1.535.940	1.499.251
Saldo de curto prazo	473.174	480.554
Saldo de longo prazo	1.062.766	1.018.697

(1) Corresponde ao provisionamento do saldo das operações que também contemplam parcelas vencidas dos mutuários, cuja co-responsabilidade é do Banco. Essa co-responsabilidade encontra-se registrada na conta Coobrigações em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação, totalizando, no período, R\$87.733;

(2) Corresponde a contratos celebrados com diversos prestadores de serviços que se encontram em andamento e os mesmos fazem parte do programa de investimento que o Banco está realizando/implementando para a modernização dos seus sistemas operacionais. A contrapartida desse valor está registrada contabilmente no grupo do "Ativo Intangível", na conta de software desenvolvido e em desenvolvimento;

(3) Corresponde ao registro, em nome dos respectivos beneficiários, dos créditos de recursos destinados ao pagamento de aposentadorias, pensões e similares, objeto do convênio de prestação de serviços entre o Banco e a Previdência Social, conforme determina a carta-circular nº 3.242/2006, do BACEN.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.219.669 é representado por 2.964.596.762 de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo a participação da União de 96,9% das ações.

	31.03.2012	31.12.2011
De domiciliados no país	2.962.322.481	2.963.031.481
De domiciliados no exterior	2.274.281	1.565.281

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

TOTAL	2.964.596.762	2.964.596.762
--------------	----------------------	----------------------

b) Índice da Basileia (limite operacional)

Em atendimento às Resoluções CMN nºs 3.444/2007 e 3.490/2007, o Patrimônio de Referência (PR) e o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), para cálculo do Índice da Basileia, foram apurados conforme segue:

	31.03.2012	31.12.2011
PR Nível I	1.738.502	1.731.375
Capital social	1.219.669	1.219.669
Reservas de capital	2.253	2.253
Reserva legal	75.285	75.285
Reservas estatutárias	602.847	602.847
Ajuste ao valor de mercado – TVM e derivativos	14.785	3.352
Lucros ou prejuízos acumulados	234	-
Contas de resultado credoras	495.813	-
Contas de resultado devedoras	(481.882)	-
Ativos diferidos	(20.152)	(20.736)
Ajustes da marcação a mercado	(170.350)	(151.295)
PR Nível II	200.925	182.104
Reservas de reavaliação	30.575	30.809
Ajustes da marcação a mercado	170.350	151.295
Patrimônio de Referência - PR	1.939.427	1.913.479
Parcela de risco de crédito (Pepr)	1.146.596	1.081.168
Parcela de risco de mercado (Pcam/Pjur)	212	280
Parcela de risco operacional (Popr)	146.573	145.357
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	1.293.381	1.226.805
Parcela de risco de mercado (Rban)	2.757	2.744
Excesso/Insuficiência de PR (PR – PRE – Rban)	643.289	683.929
Índice da Basileia: (PRx100)/(PRE/0,11)	16,5%	17,1%

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Provisões constituídas

Neste trimestre, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos e a demonstração das alíquotas efetivas para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social no trimestre estão assim resumidas:

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

	31.03.2012		31.12.2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes da tributação e participações	74.140	74.140	153.246	153.246
Participações estatutárias	-	-	(6.744)	(6.744)
Juros sobre capital próprio	-	-	(78.490)	(78.490)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	74.140	74.140	68.012	68.012
Adições líquidas de caráter permanente	1.585	1.585	21.131	21.131
Adições líquidas de caráter temporário	74.738	74.738	103.367	103.367
Lucro tributável antes das compensações	150.463	150.463	192.510	192.510
Alíquotas	15%	15%	15%	15%
Valores devidos pela alíquota normal	22.569	22.569	28.876	28.876
Adicional de Imposto de Renda (10%)	15.040	-	19.227	-
Incentivos	(100)	-	(1.277)	-
Valores devidos	37.509	22.569	46.826	28.876
Realização Reserva de Reavaliação e outros	393	236	(1.584)	(950)
Valores registrados em resultado antes da ativação	37.902	22.805	45.242	27.926
Crédito Tributário sobre diferenças temporárias	(311)	(187)	(3.271)	(1.962)
Valores efetivamente registrados no resultado	37.591	22.618	41.971	25.964
% da despesa efetiva em relação ao Lucro antes do IRPJ e CSLL	50,7	30,5	61,7	38,2

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	31.03.2012	31.12.2011
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos s/ diferenças temporárias	581.695	581.196

O Banco registra como ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular BACEN nº 3.171/2002 e Deliberação CVM nº 273/1998.

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a Ativação de seus créditos

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no estudo técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

c) Créditos tributários não ativados

O Banco possui créditos tributários não ativados de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no total de R\$112.948 (R\$83.551 em 31.12.2011). Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos definidos no Estudo Técnico como critério para ativação.

Em 31 de março de 2012, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

16. Desdobramento das Contas de Resultado

a) Receitas de prestação de serviços

	<u>1º trim/2012</u>	<u>1º trim/2011</u>
Rendas administração de fundos e programas	114.412	92.058
FNO	94.965	87.920
FINAM	1.090	1.814
FDA	17.647	-
Rendas de remuneração Art.19 da Lei 8167/91	241	1.716
Demais rendas	469	608
Rendas de tarifas bancárias	17.999	15.078
Pessoa física	5.884	5.368
Pessoa jurídica	12.115	9.710
Rendas de outros serviços	3.241	4.127
TOTAL	135.652	111.263

b) Despesas de pessoal

	<u>1º trim/2012</u>	<u>1º trim/2011</u>
Honorários	740	823
Benefícios	10.677	9.122
Encargos sociais	22.251	20.995
Proventos	54.455	42.317
Treinamento	1.369	491
Remuneração de estagiários	1.175	1.077
TOTAL	90.667	74.825

c) Outras despesas administrativas

	<u>1º trim/2012</u>	<u>1º trim/2011</u>
Água, energia e gás	1.895	1.877
Aluguéis	1.514	1.554

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

Processamento de dados	13.151	10.068
Despesas de comunicações	7.787	7.289
Manutenção e conservação de bens	2.398	2.428
Despesas de material	360	622
Serviços de terceiros	2.903	2.660
Vigilância e segurança	3.820	3.187
Despesas de serviços do sistema financeiro	1.608	4.697
Despesas de promoções e relações públicas	358	153
Despesas de propaganda e publicidade	429	1.351
Despesas de serviços técnicos especializados	973	1.435
Despesa de transporte	3.996	1.540
Despesas de viagens	1.675	1.599
Despesas de depreciação	3.148	4.175
Despesas de amortização	3.796	3.560
Demais despesas administrativas	1.327	1.119
TOTAL	51.138	49.314

d) Despesas tributárias

	1º trim/2012	1º trim/2011
ISS	971	1.199
COFINS	12.759	11.834
PIS/PASEP	2.073	1.923
Demais tributos	770	909
TOTAL	16.573	15.865

e) Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas operacionais	1º trim/2012	1º trim/2011
Del credere – FNO	70.896	63.908
Demais rendas operacionais	32.531	13.066
Recuperações de operações do FNO	8.043	5.834
Receita de variação de taxa FMM	6.141	1.530
Receita de variação de taxa de câmbio	9.966	1.095
Recuperação de encargos e despesas	166	1.678
Renda sobre depósito compulsório	1.330	1.342
Demais receitas	6.885	1.587
TOTAL	103.427	76.974

Outras despesas operacionais	1º trim/2012	1º trim/2011
Despesas de provisão – FNO	60.034	59.699
Atualização de benefícios pós-emprego	16.324	22.055
Apuração de responsabilidade	77	924
Despesas de fundos de investimento	-	1.317
Despesas de variação de taxa de câmbio	4.593	3.009
Passivos judiciais e legais	2.567	1.393
Cessão de crédito - lei nº9.138/1995	2.151	2.208

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

Despesas pós-emprego – assistidos	840	-
Despesas pós-emprego – auxílio saúde	3.694	-
Demais despesas operacionais	7.633	3.370
TOTAL	97.913	93.975

17. Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)

O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do FINAM. As regras nesse Decreto-Lei foram alteradas ao longo do tempo e, atualmente, estão vigentes as novas condições operacionais dos Fundos de Investimentos Regionais, estabelecidas na Lei nº 8.167/1991 e regulamentada pelo Decreto nº 101/1991 e alterações posteriores.

Com a edição da Portaria Interministerial de nº 158/2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, ficou estabelecida a remuneração devida ao Banco operador pela administração dos Fundos de Investimentos Regionais de 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo.

Encontra-se registrado na rubrica de Rendas a Receber o montante de R\$10 (R\$10.786 em 31.12.2011).

No trimestre, foi reconhecido como Receita de Prestação de Serviço o valor de R\$1.090 (R\$1.814 no 1º trim/2011).

18. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios e de atividades produtivas. Através do Decreto nº 4.254/2002, foi aprovado o regulamento desse Fundo, tendo como agente operador as instituições financeiras federais.

No 1º trimestre/2012, foi liberado o montante de R\$882.372 (R\$383.621 em 31.12.2011), tendo o Banco recebido de taxa de administração R\$17.647 (no 1º trim/2011 não ocorreram liberações, não gerando, portanto, taxa de administração). Em 31 de março de 2012, o Banco tem registrado, em Passivos Contingentes a título de provisão para fazer face ao risco de 2,5%, o montante de R\$231 (R\$239 em 31.12.2011).

19. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	<u>1º trim/2012</u>	<u>1º trim/2011</u>
Taxa de administração ⁽¹⁾	94.965	87.920
Del-credere ⁽²⁾	70.896	63.908
Recuperação de operações ⁽³⁾	8.043	5.834
Remuneração do disponível ⁽⁴⁾	(71.800)	(52.435)
Desp. provisão (risco compartilhado) ⁽⁵⁾	(60.034)	(59.699)

1. Taxa de administração de 0,25% a.m. incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência, de acordo com a metodologia definida pelo Decreto nº 5.641/2005 e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do PRONAF, na forma do Manual de Crédito Rural (MCR) Cap. 10. Em atendimento ao art. 5º desse Decreto, o pagamento da taxa de administração do mês de

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

referência é efetuado no 1º dia útil do mês seguinte à data base, sendo registrado na conta de Rendas a Receber, cujo saldo em 31.03.2012 é de R\$24.894 (R\$33.227 em 31.12.2011).

2. Del-credere de 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não auferir del-credere, por estar isento de risco;
3. Receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, sendo R\$8.043 (R\$5.834 no 1º trim/2011) referente a operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005;
4. Remunerado à taxa extra-mercado e esse encargo é registrado na rubrica "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento"; e
5. Calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999. Essa provisão está registrada na conta "Provisão para Passivos Contingentes", cujo saldo acumulado é R\$639.103 (R\$604.319 em 31.12.2011).

No trimestre, o Banco procedeu à baixa de R\$25.250 (R\$27.991 no 1º trimestre/2011) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias. Este procedimento está de acordo com o determinado pelos Ministérios da Integração Nacional e da Fazenda, editado através da Portaria Interministerial nº 11/2005.

As recuperações de operações de crédito na forma de renegociação e recebimentos à vista, por normativos legais e administrativos, importaram em R\$8.043 (R\$5.834 no 1º trim/2011).

Foram desenvolvidos, no decorrer de 2011, trabalhos relacionados à apuração de indícios de fraudes e desvio de conduta em operações do PRONAF. O trabalho apresentado pela Comissão Especial, instaurada em 2010, evidenciou algumas ocorrências que já vêm sendo coibidas com a adoção de novas medidas preventivas. Adicionalmente, o Banco adotará a melhoria em determinados processos a fim de garantir maior conformidade entre as normas previstas para a operacionalização do PRONAF e a prática na aplicação de recursos à Agricultura Familiar pelas unidades do Banco.

20. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Instituído pela lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo gerido por um Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e tem como foco a geração de emprego e renda.

Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei 8.352/1991, sendo que no Banco esses recursos estão registrados em "Depósitos Especiais com Remuneração", do grupamento de "Depósitos a Prazo", remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média SELIC e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Em atendimento às Resoluções do CODEFAT, nºs 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no trimestre, no montante de R\$2.089 (R\$1.917 no 1º trim/2011), conforme demonstrado a seguir:

	31.03.2012		31.03.2011		
	Taxa	Reembolsos	Saldos	Reembolsos	Saldos
Aplicado	TJLP	409	29.149	407	27.986
PROGER urbano	-	402	28.871	393	27.183
PRONAF	-	7	278	14	803
Disponível	TMS	102	3.717	66	1.780
PROGER urbano	-	99	3.434	63	1.527
PRONAF	-	3	283	3	253
Principal	-	1.578	-	1.444	
PROGER urbano	-	1.531	-	1.385	

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

PRONAF	-	47	-	59
TOTAL	-	2.089	32.866	1.917 29.766

Os recursos do FAT são aplicados em financiamentos, tendo como base o programa para a geração de emprego e renda (PROGER), nas modalidades:

- PROGER- urbano – que se destina ao atendimento da demanda de crédito das pequenas e microempresas, dos empreendedores do setor informal da economia, das cooperativas e associações de produção e dos recém-formados;
- PRONAF - com finalidade de propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, geração de emprego e melhoria de renda, mediante fornecimento de crédito e assistência aos agricultores familiares.

Os saldos desses Programas estão assim representados:

Programa	Resolução /TADE	31.03.2012			31.12.2011		
		Disponível TMS ⁽¹⁾	Aplicado TJLP	Total	Disponível TMS ⁽¹⁾	Aplicado TJLP	Total
PROGER	024/2005	3.434	28.871	32.305	4.654	27.184	31.838
PRONAF	003/2007	283	278	561	78	531	609
TOTAL		3.717	29.149	32.866	4.732	27.715	32.447

(1) Recursos remunerados pela taxa média SELIC;

As obrigações com o FAT apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento:

A vencer	31.03.2012		31.12.2011	
	Valores	%	Valores	%
Até 30 dias	2.049	6,2	1.482	5,1
De 31 a 90 dias	4.161	12,7	1.350	4,6
De 91 a 180 dias	1.574	4,8	1.918	6,6
De 181 a 360 dias	3.672	11,2	3.492	12,0
Mais de 1 ano	21.410	65,1	24.205	71,7
TOTAL	32.866	100,0	32.447	100,0

No ativo do Banco, o montante das operações de crédito realizadas com recursos do FAT foi de R\$29.149 (R\$28.836 em 31.12.2011), conforme abaixo demonstrado:

Programa	Resolução /TADE	31.03.2012	31.12.2011
PROGER	TADE 024	28.871	27.604
PRONAF	TADE 003	278	1.232
TOTAL	-	29.149	28.836

21. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

Em parceria com o Banco do Brasil, a partir de 2009, o Banco passou a operar recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério dos Transportes, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

Esse recurso é atualizado monetariamente com base na variação do dólar (PTAX), mais juros simples de 0,1% a.a., capitalizados trimestralmente.

Os recursos repassados estão registrados na rubrica "Obrigações por Fundos Financeiros e de

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

Desenvolvimento”, cujo montante é de R\$65.581 (R\$66.819 em 31.12.2011).

22. Fundos de Investimento Financeiro

O Banco opera os Fundos de Investimento: Cotas de Fundos de Investimento Amazônia Renda Fixa Longo Prazo e Cotas de Fundos de Investimento Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo; que são administrados e geridos pela Caixa Econômica Federal, tendo como custodiante o Bradesco.

Além desses Fundos, ainda permanecem os fundos de investimentos financeiros, antes custodiados pelo extinto Banco Santos: Fundos de Investimento Financeiro (FIF's), sendo a responsabilidade da gestão e custódia dos ativos indisponíveis do Banco da Amazônia, e os Fundos de Aplicação em Cotas (FAC's), administrados e geridos pela BNY Mellon Serviços Financeiros, e custodiados pelo Bradesco.

Os saldos dos Patrimônios Líquidos desses Fundos estão assim representados:

	31.03.2012	31.12.2011
FIC Amazônia Renda Fixa Longo Prazo	765	1.199
FIF Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo	35.753	24.948
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo “2”	90	91
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seleto “2”	40	40
Fundo Amazônia Mix “2”	34	34
Fundo Amazônia Credit 90	6	6

Neste trimestre, foi transferido para o Banco um montante inferior a mil reais (R\$1.159 no 1º trim/2011) correspondente aos fundos FIF's e FAC's cindidos, referente às cotas adquiridas pelo Banco dos cotistas que já receberam por via judicial.

23. Partes relacionadas

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas números: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Obrigações), 17 (Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM), 18 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 19 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO), 20 (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 21 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com entidades sobre as quais o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na nota nº24 (Benefícios a Empregados).

Os títulos e créditos a receber, depósitos a prazo e demais transações entre partes relacionadas, são efetuadas em condições e taxas normais de mercado, tomando como parâmetro as taxas médias praticadas com terceiros e levando em conta a presumível ausência de risco.

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no trimestre está demonstrado a seguir:

	1º trim/2012	1º trim/2011
Receitas de taxa de administração	114.412	92.058
Despesa de provisão FNO (risco compartilhado)	(60.034)	(59.699)
Despesas de contribuição patronal - CAPAF	(2.449)	(2.370)
Atualização de ajuste pós-emprego - CAPAF	(20.857)	(22.055)

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

24. Benefícios a empregados

O Banco é Patrocinador da Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF), que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares.

A CAPAF mantém-se desenquadrada das regras definidas pela legislação vigente - Lei Complementar nº 109/2001, muito embora todas as medidas venham sendo adotadas, desde 2001, para reestruturação dos planos da CAPAF, aprovada pela Diretoria do Banco e Conselho Deliberativo daquela Caixa.

De acordo com os parâmetros definidos pela Deliberação CVM nº 600/2009, a consultoria atuarial contratada pelo Banco para efetuar os cálculos de responsabilidade do Patrocinador junto à CAPAF, apresentou em seu relatório, base 31 de março de 2012, um déficit no plano de benefício definido (BD), no montante de R\$412.778 (R\$404.984 em 31.12.2011), correspondente à parcela de responsabilidade do Banco nesse déficit (50,0%), conforme define a legislação vigente. O ajuste dessa obrigação no trimestre importou em R\$16.324 (R\$11.389 no 1º trim/2011).

O plano misto passou a apresentar déficit atuarial, a partir do último trimestre de 2010, não contabilizado pelo Banco. Em 31.03.2012 o déficit era de R\$72.774 (R\$56.851 em 31.12.2011).

No cálculo atuarial referente ao auxílio-saúde, na data base 31 de março de 2012, foi considerada a hipótese financeira e econômica de crescimento real desse benefício em percentual de 2,2% a.a.

A título de auxílio-saúde o Banco pagou o montante de R\$1.446 (R\$1.460 no 1º trim/2011).

O saldo da provisão referente a essas obrigações é o seguinte:

	31.03.2012	31.12.2011
Auxílio-saúde (nota nº 13.b)	100.187	97.947
Aposentados de responsabilidade do Banco (nota nº 13.b)	60.190	62.172
TOTAL	160.377	160.119

A despesa reconhecida no trimestre em decorrência dos benefícios acima especificados está assim distribuída:

	1º trim/2012	1º trim/2011
Auxílio-saúde	3.694	4.208
Aposentados de responsabilidade do Banco	840	6.457
TOTAL	4.534	10.665

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) decretou através das Portaria nºs 573, publicada no Diário Oficial da União de 04.10.2011, a intervenção na CAPAF, pelo prazo de 180 dias, face não terem sido implantados os planos que equacionariam os déficits existentes nos planos administrados por aquela Caixa de Previdência.

Em 21.03.2012, a PREVIC editou a Portaria nº 142, publicada no Diário Oficial da União de 22.03.2012, prorrogando por mais 180 dias, a contar de 01.04.2012, a intervenção em curso.

A princípio esta intervenção não interfere nas responsabilidades inerentes ao Banco, que continua registrando e repassando, normalmente, as suas contribuições, inclusive aquelas relacionadas a decisão judicial de complementação da insuficiência de recursos para pagamento da folha de benefícios dos assistidos (aposentados e pensionistas) de responsabilidade da CAPAF vinculados ao Plano de Benefício Definido (BD). O montante pago no trimestre foi de R\$8.530 (R\$3.485 no 1º trim/2011).

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

25. Demonstração do Resultado Abrangente

	1º trim/2012	1º trim/2011
Lucro líquido na Demonstração de Resultado	13.931	5.870
Outros Lucros Abrangentes	19.445	4.997
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.055	610
Próprios	19.055	610
Realização da Reserva de Reavaliação	390	4.387
IR e CSLL sobre Outros Lucros Abrangentes	(7.778)	(4.156)
Lucro Abrangente líquido de IR e CSLL	11.667	841
Lucro Abrangente	25.598	6.711

26. Informações complementares

a) Avais e fianças prestados

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	31.03.2012	31.12.2011
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	4.889.413	4.767.168
Coobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural	87.733	85.140
TOTAL	4.977.146	4.852.308

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos para itens do imobilizado, cuja cobertura é de R\$142.681 (R\$135.492 em 31.12.2011), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Contingências

A movimentação da provisão no trimestre está abaixo especificada (nota nº 13.b):

Descrição	Saldo em	Adição	Utilização	Saldo em
Trabalhista	28.534	8.208	(2.795)	33.947
Cível/Fiscal	25.777	2.567	(1.717)	26.627
Fdos Invest.	18.173	-	(1.225)	16.948

c.1) FINAM

O Banco da Amazônia S.A., na figura de operador do Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM, vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações e levantamentos iniciais indicam que a possível irregularidade abrange 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$20.792, com base no valor patrimonial da cota em 31 de março de 2012 (R\$19.708 em 31.12.2011). No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos.

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
31 de março de 2012
(Em milhares de Reais)

26. Outras Informações

Em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, não existiam contratos envolvendo instrumentos derivativos em aberto.

Maria de Belém Silva Cotta
Contadora
CRC-PA Reg. 007217/O

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do Banco da Amazônia S.A.

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão. Em decorrência dos assuntos descritos no parágrafo Base para abstenção de conclusão, não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes para fundamentar nossa conclusão.

Alcance da revisão

Em função do assunto descrito no parágrafo Base para abstenção de conclusão, não nos foi possível conduzir nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para abstenção de conclusão

Nossos procedimentos de revisão revelaram os seguintes assuntos com relação a Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF:

- Conforme mencionado na nota explicativa 24, a Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF e o Banco, sob orientação de consultoria técnica atuarial especificamente contratada para assessorar o Banco no plano de reestruturação, e em atendimento ao Termo de Compromisso para Reestruturação dos Planos da CAPAF, concluíram a elaboração dos regulamentos do "Plano Misto de Benefícios Saldado", "Plano Saldado de Benefício Definido" e do "Plano de Benefícios Previdenciários PREV AMAZÔNIA", os quais foram aprovados pelas partes (Diretoria Executiva do Banco e Conselho Deliberativo da CAPAF) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. O Banco recebeu da consultoria contratada um estudo atualizado com base em fevereiro de 2010 que estimava o déficit atuarial destes novos planos em aproximadamente R\$ 1.207.000 mil (não auditado e não revisado), o qual considerava as seguintes premissas: (i) a adesão da totalidade dos participantes aos novos acordos do plano de benefício; (ii) a responsabilidade do Banco em 72,84% do valor total do passivo atuarial apurado acima; e (iii) a responsabilidade dos empregados ativos e assistidos em 27,16% do valor total do passivo atuarial apurado acima. A implantação do projeto de reestruturação não foi concluída até a data limite estabelecida pela PREVIC (30 de setembro de 2011), visto que a adesão dos participantes do plano não atingiu o percentual mínimo para que o plano pudesse ser colocado em prática para a efetivação da reestruturação. Como consequência, e em cumprimento às disposições contidas no artigo 44 da Lei Complementar 109, em 3 de outubro de 2011 a PREVIC decretou a intervenção da CAPAF pelo prazo de 180 dias, conforme Portaria 573, e nomeou seu interventor através da Portaria 574, determinando a perda do mandato dos atuais membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da CAPAF e dando amplos poderes de administração ao interventor. Em 21 de março de 2012, a PREVIC, por meio da Portaria 142, prorrogou por mais 180 dias, a contar de 1 de abril de 2012, a intervenção da CAPAF. O prazo de intervenção na CAPAF está em curso, e, portanto, não é possível saber quais serão as medidas propostas no processo de intervenção para o saneamento ou liquidação dos planos de benefícios da CAPAF e seus efeitos nas informações intermediárias trimestrais do Banco em 31 de março de 2012.

- O Banco efetua a provisão para obrigações atuariais com base em um percentual do déficit atuarial calculado pelo atuário-consultor correspondente à parcela do seu patrocínio, que é de 50%. Esse procedimento não está de acordo com a metodologia atuarial prevista na Deliberação CVM 600. Em 31 de março de 2012, o valor referente aos 50% não provisionados monta em R\$ 412.778 mil.

- Durante o exercício de 2010 o Banco aplicou pela primeira vez a Deliberação CVM 600, porém, o laudo atuarial não considerou o efeito da adoção inicial do padrão contábil estabelecido pela CVM 600 e os ganhos e perdas atuariais não foram reconhecidos conforme os requerimentos de transição. Dessa forma, o Banco continua diferindo o montante total de ganhos ou perdas atuariais acumulados conforme estabelecido pela Deliberação CVM 371, que foi revogada pela Deliberação supracitada.

- Conforme mencionado na nota explicativa 24, em 31 de março de 2012 o Plano Misto de Benefícios apresenta déficit atuarial no montante de R\$ 72.774 mil, o qual não foi registrado pelo Banco como obrigação atuarial.
- Em 31 de março de 2012, o Banco possui registrado na conta Outros Créditos – Diversos – Títulos e Créditos a Receber, o valor de R\$ 144.100 mil, correspondente aos aportes efetuados a maior para a Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF, no plano de contribuição definida e pagamentos de causas judiciais de responsabilidade daquela Entidade. As partes interessadas expressaram, em instrumentos jurídicos e correspondências, a intenção de utilização destas importâncias no equacionamento do déficit atuarial que existe no plano de benefício definido e/ou restituição dos valores ao Banco. Uma vez que o processo de equacionamento do déficit atuarial dos planos da CAPAF não foi concluído, a realização dos referidos saldos dependerá das decisões tomadas no processo de intervenção da CAPAF pela PREVIC.
- Conforme mencionado na nota explicativa 6, o Banco possui registrado na conta Títulos e Valores Mobiliários, o valor de R\$ 312.684 mil, correspondente a Certificados Financeiros do Tesouro, recebidos pelo Banco dentro do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 27 de junho de 2001. Em 31 de março de 2012, esses títulos estão classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, conforme Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil. O Banco tem a prerrogativa de liquidar suas obrigações junto à CAPAF com a utilização desses títulos pelo seu valor de face. Em nosso entendimento, após a transferência desses títulos a valor de face para a CAPAF, estes deverão ser marcados a mercado para fins de cálculo do déficit atuarial e seus efeitos no Banco na figura de Patrocinador. O efeito da marcação a mercado, que em 31 de março de 2012 é uma perda de R\$ 34.959 mil, aumentaria a provisão para obrigações atuariais registrada no Banco nesse mesmo montante.

Devido aos assuntos acima mencionados, para a data-base 31 de março de 2012, não nos foi possível concluir sobre a realização do valor a receber da CAPAF de R\$ 144.100 mil registrado em Outros créditos e quanto a adequação da provisão para obrigações atuariais do Banco junto a CAPAF no montante de R\$ 412.778 mil, e o seu respectivo crédito tributário no montante de R\$ 102.948 mil.

Abstenção de conclusão

Devido à relevância dos assuntos descritos no parágrafo Base para abstenção de conclusão, não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes que nos permitisse concluir que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Ênfase

Conforme mencionado no parágrafo Base para abstenção de conclusão e na nota explicativa 24, a PREVIC decretou a intervenção da CAPAF pelo prazo de 180 dias, prazo este que foi prorrogado por mais 180 dias, a contar de 1 de abril de 2012 conforme a Portaria nº 142, de 21 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 22 de março de 2012. Nesta data não é possível mensurar o valor da obrigação atuarial a ser coberta pelo Banco junto a CAPAF, na figura de patrocinador dos planos, bem como o efeito desse evento sobre as operações, sobre as informações financeiras intermediárias e sobre o patrimônio de referência do Banco em 31 de março de 2012.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Fomos contratados para revisar, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, preparadas sob responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e considerada informação suplementar para fins de IFRS, que não requer a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente. Devido a relevância dos assuntos descritos no parágrafo Base para abstenção de conclusão, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão. Consequentemente, não concluímos sobre as informações intermediárias do valor adicionado.

São Paulo, 14 de maio de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP15199/O-6-“S”-PA

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8-“S”-PA

Guilherme Portella Cunha
Contador CRC-1RJ 106.036/O-5-“S”-PA